

FERREIRA, ANA PAULA
WOMEN WRITING PORTUGUESE COLONIALISM IN AFRICA

Liverpool University Press, 2020, 224 pp.

Joana Passos*
jpassos@ilch.uminho.pt

O livro de Ana Paula Ferreira é uma obra de fôlego que percorre a escrita de várias mulheres portuguesas, desde finais do século XIX até ao século XXI, enquadrando-as nas diferentes conjunturas políticas de Portugal ao longo deste período.

Esta visão ampla, que relaciona o trabalho de várias autoras, consegue demonstrar o relevante contributo da escrita de um conjunto de mulheres que, cada qual a seu modo, se envolveu nos principais debates da sua época, deixando através da escrita um testemunho desses mesmos tempos.

A novidade do trabalho de Ana Paula Ferreira decorre, em parte, deste mesmo universo temporal, quando a maior parte dos estudos sobre o contributo de escritoras portuguesas enquanto vozes públicas se centra ou no período da República, ou na ditadura do Estado Novo, ou no período pós-colonial. Ora como Ana Paula Ferreira demonstra, estudar um representativo conjunto de autoras ao longo deste arco temporal faz tanto mais sentido quanto se verifica que as une uma mesma vivência enquadrada por um modelo patriarcal e heterossexual normativo, que sempre esteve profundamente ligado, em termos pedagógicos e simbólicos, a concepções do império e à sobrevivência de Portugal enquanto nação colonial.

O primeiro capítulo do livro começa por revisitar o final do século XIX e os primeiros debates sobre a educação das mulheres (recorda-se, inclusivamente, as reflexões de Almeida Garrett sobre este assunto) interpretando essa nova preocupação na sociedade portuguesa como reação vinculada à sequência de humilhações que Portugal havia sofrido na Conferência de Berlim (1884–1885), onde se questionou o seu direito a manter as possessões ultramarinas dado o atraso de Portugal na sua modernização/industrialização e, conseqüentemente, no desenvolvimento das suas colónias. É a própria capacidade de Portugal *ser* uma nação imperial que é assim posta em causa, e, argumenta Ana Paula Ferreira, é sintomático que esta ferida no orgulho nacional, e a incerteza face à capacidade de Portugal manter as suas colónias, sejam acompanhadas por uma súbita necessidade de se discutir a organização da educação feminina com o objetivo de se melhorar o nível civilizacional de Portugal. Esta articulação visceral entre o império e o papel das mulheres na sociedade portuguesa é revisitada através das preocupações

* Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM) / Universidade do Minho, Braga, Portugal.
ORCID: 0000-0003-4357-1068.

pedagógicas de uma série de autores de referência, de Almeida Garrett a Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, e até o próprio Salazar, enquanto herdeiro de ideias mais conservadoras sobre a educação feminina. A esta visão masculina contrapõe-se aquela que as próprias mulheres proclamaram, e que, em muito aspetos, até é comum à dos seus colegas ao associarem a educação das mães a uma ideia de salvação nacional. A partir das obras de Guiomar Torresão (1844–1898), Angelina Vidal (1847–1917), Maria Amália Vaz de Carvalho (1874–1921), Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851–1925), Alice Evelina Pestana Coelho (1860–1929) e Ana Castro Osório (1872–1935) articula-se todo um debate público que tem por objetivo contrariar a degenerescência da nação através do trabalho das mães como força disciplinadora. De sublinhar que, como demonstra Ana Paula Ferreira, é bastante claro que a ideologia dominante no quadro da educação das mães, ou seja, a crescente aceitação do acesso das mulheres ao ensino secundário e científico, teria por objetivo que essas mães pudessem “prepare their children for the country’s new imperialista destiny” (p. 31) (preparar os seus filhos para o novo destino imperial da nação). Pelo contrário, a mulher moderna, com uma ‘educação’ à inglesa, ou a burguesa, urbana e com gosto pelo convívio mundano, são vistas como dois males sociais, responsáveis pela degenerescência de Portugal. Esta contradição, entre a necessidade de modernizar a sociedade e elevar os índices de educação em Portugal, mas mantendo o papel da mulher na esfera da domesticidade e arredada de novas ideias tem, como Ana Paula Ferreira sugere, uma declinação religiosa, dada o forte catolicismo da sociedade portuguesa, e será esta sobreposição de religião e regime que tomará um novo impulso durante o Estado Novo com o seu ideal de organização social baseado em “Deus, Pátria e Família”.

Na abordagem ao período da ditadura, Ana Paula Ferreira volta-se para a Agência Geral das Colónias e a fundação, em 1926 (portanto anterior ao próprio regime), do concurso anual de literatura colonial, substituído em 1932 pelo o Prémio de Literatura do Ultramar, o qual perdurou sem alterações até 1951. Num país que em 1930 tinha um índice de analfabetismo de 50% dos homens e 69% das mulheres, Ana Paula Ferreira pergunta a quem se dirigiam as publicações do Secretariado de Propaganda Nacional? O público leitor português não coincidia necessariamente com os colonos que iam para África nos anos 30 e 40. E para os jovens que pensavam em emigrar, o Brasil era um destino muito mais procurado. O argumento apresentado por Ferreira vê a literatura colonial como uma escrita para dentro do próprio regime ditatorial. O imaginário imperial é usado para exaltar sentimentos nacionalistas na metrópole, e para tentar fortalecer o sentido de ligação a Portugal para aqueles que de facto iam para as colónias africanas.

Neste contexto, durante o Estado Novo, as mulheres são chamadas a escrever para educar os *metropolitan natives* – os inimigos internos – encorajando a uniformidade e a interiorização de uma ideia de família como unidade básica de produção, na qual se podia basear quer a sociedade da metrópole, quer a vivência dos colonos, submetidos a uma gestão metropolitana centralizada, sem perigo de independências brancas, como a da África do Sul (1910). Aliás, uma das razões para a forte e intransigente oposição de Salazar à inclusão das mulheres no mundo do trabalho tem a ver, mais uma vez, com o império, e essa ideia da família de colonos como pedra basilar: era preciso povoar, manter um elevado número de filhos por casal. A partir da análise de uma série de textos

selecionados, Ana Paula Ferreira vai definindo o perfil do colono ideal e do importante papel da mulher dentro desse projeto, desde o apoio moral ao policiamento das barreiras raciais, contrariando a miscigenação.

As autoras consideradas neste segundo período, e que já escrevem sob o regime do Estado Novo, são Virgínia Vitorino (1895–1967), Fernanda de Castro (1900–1994) e Amália de Proença Norte (1910–1954?). A este leque juntam-se duas escritoras com experiência colonial: Guilhermina de Azeredo (1894–1976) e Maria Archer (1899–1982).

No caso desta geração, pergunta Ana Paula Ferreira: Como era representado o africano? Como se falava do colonialismo?

Uma das mais interessantes linhas de leitura exploradas por Ana Paula Ferreira nas obras destas autoras (mencionando também exemplos dos escritores seus contemporâneos) prende-se com a representação da ida para uma colónia como um processo de regeneração face à vida de vícios da metrópole, aspeto tanto mais curioso por contrastar com as literaturas coloniais de outros países, onde não se punha em causa a cultura metropolitana.

Em termos de modelos de género, de acordo com os exemplos de literatura colonial dos anos 20 e 30 abordados por Ana Paula Ferreira, uma ‘mulher com valor’ seria aquela que aprende a valorizar um marido simples, mas trabalhador e determinado, em lugar de se deixar fascinar por um pretende vaidoso, sofisticado e *bon-vivant*. O que estas autoras parecem promover junto das suas leitoras é, portanto, a aceitação de um projeto de vida nas colónias, em relativo isolamento, vivendo para a família, e com um marido que estava disposto a abdicar do conforto e prazeres da vida urbana para realizar um projeto agrícola/colonial. E se recordarmos que esta escrita colonial é uma escrita para dentro do regime, então, além da definição do projeto colonial ideal, como aponta Ferreira, esta escrita também promove a ruralização da vida metropolitana, tal como preferia o regime fascista. Por isso, ao interpretar África e o império, este livro é muito revelador sobre as ansiedades e anseios do Estado Novo e o tipo de país que se almejava construir.

Por fim, e ainda dentro de uma revisão da história do Estado Novo e da propaganda literária que o regime favoreceu, Ana Paula Ferreira leva a cabo uma leitura desconstrutiva do Lusotropicalismo ao focar-se na importância que o regime atribuía à presença da mulher branca na colónia, precisamente para evitar a tão publicitada miscigenação fácil dos portugueses.

Uma outra riqueza na escrita de autoras como Maria Archer e Guilhermina de Azeredo é que descreveram o regime colonial tal como o testemunharam, e assim deixaram o registo da violência e racismo que reencontramos nas páginas deste estudo. É precisamente a crítica à excessiva violência da colonização que abre a porta à expressão de alguma subversão, algum comentário anticolonial, naquelas que eram escritoras da mesma *literatura colonial*.

Depois desta geração, também se revisita a obra de Maria Graça Freire (1918–1993), e o célebre livro *Novas Cartas Portuguesas*, analisando a sua projetada subversão de modelos de género como crítica ao colonialismo (até porque pôr em causa o patriarcado correspondia a pôr em causa o modelo de família e de nação por ele idealizado). Também se referem autoras como Wanda Ramos e Lúcia Jorge, que

conseguem fazer o arquivo dos traumas de guerra, dos maridos intratáveis, da violência doméstica que ficou como herança da guerra colonial.

O último capítulo do livro faz uma sólida ligação à atualidade apontando mais um *render da guarda* nos vários contributos da escrita por mulheres portuguesas, que sempre comentaram as tensões e silenciamentos da sua sociedade. Paralelamente ao tom celebratório da Expo 98 e das atividades da Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1986–2002), chegou a Portugal nos anos 90 uma significativa onda de imigrantes africanos. Do ponto de vista de uma escrita pós-colonial, Ana Paula Ferreira explora obras de Lídia Jorge, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa para, na sobreposição destas três vozes, expor as ramificações contemporâneas da falácia lusotropicalista segundo a qual Portugal se imagina um país de brandos costumes, sem racismo, e que levou a cabo um excepcional e benigno modelo de colonialismo. Esta imaginada bonomia portuguesa ganha uma nova força nesta altura, precisamente para escamotear o aparecimento de discursos racistas que rejeitam a inclusão de imigrantes africanos na sociedade portuguesa. *Imigrante*, diz com argúcia Ana Paula Ferreira, torna-se o novo termo para dizer *negro*, e na medida em que Portugal nega o racismo constitutivo da sua sociedade – reflexo direto e inegável do seu longo passado colonial – consegue manter-se no discurso público e coletivo uma positiva autoimagem nacional, sem culpas nem conflito.

[recebido em 19 de maio de 2021 e aceite para publicação em 23 de julho de 2021]